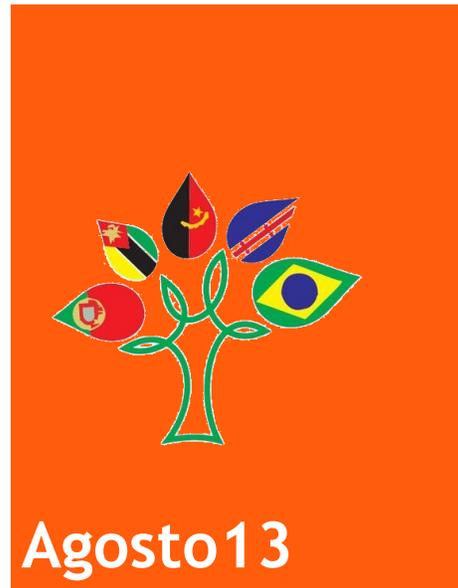




Interdisciplinaridade, Interculturalidade, Sustentabilidade ...



NESTE NÚMERO ... entre outros

Rede de Estudos Ambientais Países de Língua portuguesa - REALP

por Manuela Morais

Neste número, abrimos caminho para o XVI Encontro da Rede de Estudos Ambientais de Países de Língua Portuguesa (REALP), que se vai realizar no próximo ano em Manaus no Brasil, sobre o tema global da *Interdisciplinaridade e da Interculturalidade*. Assim, decidimos começar com a publicação de artigos que nos ajudem a refletir sobre a complexidade do tema.

Convidámos o sociólogo Alfredo Pena Veja a escrever um artigo sobre interdisciplinaridade a partir do contexto universitário. Os seus trabalhos desenvolvem-se em torno do paradigma denominado *epistemologia da complexidade*, e na sua interpretação da realidade propõe uma mudança radical de cultura universitária que nos conduza até à responsabilidade. Nascido no Chile e atualmente a viver em Paris, é investigador do Centre Edgar Morin e docente na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, ambos em Paris.

Publicamos igualmente dois artigos de reflexão sobre sustentabilidade. O primeiro que nos ajuda a refletir sobre "A nova Economia Política do Desenvolvimento Sustentável"; o segundo apresenta-nos uma análise crítica do texto da Presidente Dilma Rousseff na abertura da Plenária de Chefes de Estado e de Governo, da Conferência das Nações Unidas

sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20. Concluem as autora que "a preponderância do discurso econômico e o protagonismo dos chefes de Estado e Governo no texto da Rio+20 apontam para o fato de que ainda há um longo caminho a ser percorrido para a construção de um modelo de desenvolvimento equitativo, equilibrado e participativo".

Na temática da Interculturalidade, apresentamos o primeiro de dois artigos sobre "Eu e o Outro: O processo de aprendizagem intercultural", onde se reflete sobre "O etnocentrismo - as barreiras no contacto com o Outro".

Noticiamos igualmente, eventos que acontecem do espaço da REALP e apresentamos um artigo de divulgação sobre as atividades desenvolvidas em conjunto por arqueólogos angolanos e portugueses que colaboram no estudo da arte rupestre e arqueologia do Ebo (Kwanza sul), Angola.

Em homenagem a Bertha Becker, geografa política brasileira que morreu no passado dia 13 de Julho, associamo-nos a Elimar Pinheiro do Nascimento e João Nildo de Sousa Vianna, publicando o artigo de homenagem à "amiga muito querida de longas datas e jornadas" que deixou um legado de quase meio século de estudos sobre a defesa da Amazônia.



Além da interdisciplinaridade Páginas 2 a 3



O EU e o OUTRO (Parte I) Páginas 11 a 14



Arte rupestre e arqueológica em Angola Páginas 14 a 16

DESTAQUE

Além da interdisciplinaridade: entre universidade, sociedade e responsabilidade

por: Alfredo Pena-Vega | Institut Interdisciplinaire d'Anthropologie du Contemporain- IIAC, Centre Edgar Morin – EHESS/CNRS, Paris França. Coordenador do Observatorio internacional das Reformas Universitarias – ORUS | alfredo.pena-vega@ehess.fr



Atualmente, assiste-se a uma atitude "retórica", segundo a qual seria necessário acabar com as abordagens estritamente disciplinares do ensino e da pesquisa e desenvolver novas tendências com abordagens orientadas para a multidimensionalidade dos problemas. Mas como conseguir isso sem uma «revolução cultural» que nos leve a uma reforma do pensamento? A universidade, nessa tendência globalizante de uma "sociedade do conhecimento" está pronta para realçar o desafio imposto por essa visão competitiva do conhecimento? Acreditávamos que o conhecimento científico era um fenômeno simples porque foi animado por um ideal de simplificação; atrás o mundo das aparências complexas aleatórias. Não há desvio inquietante a querer tudo fazer para conservar um modelo científico da simplificação, da disjunção, da separação aí compreendido de se adaptar a um mundo globalizante sob a dominação mercantil?

Atravessamos uma espessa neblina quanto às relações entre a universidade e a sociedade. Não estamos certos de que a interdisciplinaridade esteja na ordem do dia na experiência e na ação. Tememos que ela tome uma forma branda, como uma espécie de corrente que dá conta apenas da separação da ciência, enquanto que de fato suas práticas são cada vez menos reconhecidas. Mas por qual meio somos capazes de religar os conhecimentos? É preciso mudar as condições institucionais para mudar as condições mentais ("nova consciência cognitiva"). Somos constantemente reenviados a esse círculo que nós não podemos sair a não ser pela inovação, a reforma, quer dizer o desvio. Enquanto que a ciência faz hoje o objeto de uma certa contestação, jamais tantos recursos foram consagrados à produção de saberes e sua transmissão, e jamais entretanto o equilíbrio entre as nações ou

o destino do planeta nos parece tão dependente da maneira cujos conhecimentos serão produzidos e divididos. A sociedade contemporânea não está ameaçada por uma nova "síndrome de Babel" pela multiplicação dos campos de avaliação úteis à ação?

É verdade que hoje não é somente a relação entre ciência e sociedade que muda, é a produção do conhecimento (cuja governança: gestão e divisão) que torna-se o regulador maior de nossas sociedades.

A crise da universidade faz parte de um conjunto mais vasto da educação, no mesmo sentido, as reformas universitárias se multiplicam. Existem assim numerosas experiências, várias delas experimentações interdisciplinar nas quais nos somos os próprios atores¹. Parece que, longe de se resolver, a crise não cessa de se acentuar. Apesar da agitação em torno da reforma e, algumas vezes, do aumento do orçamento, malgrado tudo, algumas vezes consequente de orçamentos que são afetados, essa crise perdura.

Nós atingimos, então, uma questão essencial para nossa discussão. O porque de o ensino parecer, por muito tempo, estar fundado sobre um saber afirmado (poderia se pensar, então, a ciência como certeza), se torna o objeto de interrogação, pois não resta mais nada a salvo, em decorrência da abrangência desta reintegração crítica. Ou é justamente aí que reside o sentido de uma nova missão para a educação, que deve ser pensada, desta vez, numa perspectiva de aparência. Portanto, a partir dessa colocação, a questão da educação deve ser vista numa lógica de um novo contrato social? Um contrato suposto, já que teve a sua base de construção numa comunidade de partilha. O conceito de gestão do conhecimento responde, então, à necessidade

de elaborar novos sistemas de legitimidade e de novos sistemas de conhecimento.

Nós não temos com esta colocação a ambição de desconhecer as grandes descobertas, nem mesmo de explorar todos os enigmas de um projeto que se possa assimilar a uma tentativa de conhecimento do conhecimento. Trata-se, antes, de saber qual é o desafio ao qual se está confrontando o sistema educativo, ter a medida das novas relações entre ciência, o público e os «atores econômicos», a fim de melhor discernir as consequências do que está em jogo.

Desde que esta concepção científica do conhecimento tornou-se dominante, a ideia de uma nova política do conhecimento (no sentido de um paradigma de civilização da diversidade) e a de um outro modelo societal, em ruptura total com o paradigma econômico se tornou necessária. Ou, tem-se que admitir que todos os planos considerados até aqui contém uma visão puramente economicista da educação: Tratam o ensino superior como um bem de mercado e o consideram sob um ângulo de sua visão (utilitarista) no âmbito de uma economia global. Isto parece mais nítido, quando se associa de imediato o conhecimento a uma estratégia de competitividade.

Para se compreender a dimensão deste desafio, e apreendendo as evoluções possíveis e sustentáveis, é preciso mostrar rapidamente quais são as grandes lógicas de análise e de ação que daí podem ser tiradas:

- O sistema educacional (em decorrência, a universidade) não poderá se contentar em operar os reajustes de tipo institucionais; quanto à «nova governança», todo mundo está de acordo

sobre a autonomia necessária das universidades. Mas este princípio pode ser interpretado de maneiras diametralmente opostas. Sobre este ponto, a discussão deve ser largamente aberta, mas obedecer a uma dupla preocupação. De uma parte, é conveniente não confundir autonomia de gestão (principalmente local) e a autonomia científica (indissociável das garantias estatutárias nacionais). De outra parte, para assegurar a vitalidade democrática e científica dos colegiados de professores-pesquisadores, que formam a própria Universidade, é indispensável que se concebam as montagens institucionais que assegurem ao corpo universitário os reais contrapoderes face aos reitores da Universidade e aos conselhos de administração.

Não é unicamente repensando o sistema, em termos de concorrência exacerbada (a lógica da «excelência») que as universidades se tornarão mais eficazes; reconhecer que as universidades são confrontadas com o imperativo de se adaptarem à diferenciação gradual da oferta e da demanda do conhecimento especializado. Dizendo de outra forma, não é preciso reduzir a educação a termos quantitativos. O exemplo muito eloquente é o da transformação de um grande número de sistemas de ensino superior nacional, caracterizado por uma enorme diversidade, chamado a se tornar um « único mercado educacional europeu », competitivo, o que constitui o principal objetivo de todas as declarações (Declaração de Paris, 1998, Declaração de Bolonha, 1999, Declaração de Lisboa, 2000)². Não se trata de provocar as mudanças teóricas visando constituir o modelo de universidade clássica, mas, de produção de uma metamorfose³.

Uma história, contada por Morin, há mais de 30 anos, diz que Ivan Illich teria tido uma ideia muito interessante que pode ser resumida da seguinte forma⁴. Ele queria pura e simplesmente suprimir o

ensino superior. Quando Edgar Morin o reencontrou, pouco antes de sua morte, e lhe pediu um texto sobre a reforma da universidade. Ele lhe respondeu com o maior desprezo: « reformar, isso não! é preciso explodir com a universidade, um ponto é o suficiente!! ». Edgar Morin lhe respondeu « está certo, em um certo sentido, eu lhe compreendo perfeitamente, mas eu não cheguei ainda a esse ponto de radicalização ». A ideia de Ivan Illich era a de criar um tipo de painel de controle: As pessoas diriam que conhecimentos elas queriam adquirir e se lhes respondiam « eis o ensino mais adequado para isso »

Sem ir até o ponto de fazer explodir a Universidade, como preconizava Illich, é necessária uma mudança radical de cultura: interdisciplinar, transdisciplinar e que deve ser induzida com responsabilidade por um « novo contrato social » para a sociedade. Não se trata de criar uma nova responsabilidade, mas de progredir até um retorno da responsabilidade.

Bibliografia selecionada

- PENA VEGA A 2013, *A Universidade à beira do abismo: ambiguidade e obscuridades da crise* (Editora Universidade Federal de Pernambuco).
- PENA VEGA A 2013, *Universidades em Redes em um mundo globalizado*, in *Da Universidade necessária a uma Universidade Emancipadora* (Dir. José Geraldo de Souza), editora universidade de Brasília, 2012
- PENA-VEGA A., PINHEIRO DO NASCIMENTO ELIMAR, 2012, *As novas dimensões da universidade/ Interdisciplinaridade, Sustentabilidade e Inserção social*. Editora Garamond-universitaria, Rio de Janeiro, 178 pages.
- PENA VEGA A. 2011, *Complexidade e interdisciplinaridade: realidades e experiências de pesquisas*. Chapitre 24, pages 695-712, In *Arlindo Philippi Jr., Antonio J. Silva Neto (Dir.) Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação*. Editora Manole Ltda.
- PENA –VEGA A. 2010, *De la interdisciplinaridad a la complejidad: el medioambiente como ejemplo de transversabilidad. La investigación Interdisciplinaria en Ciencias Sociales*. Memorias Primeras jornadas de Investigación de la Facultad de Cien-

cias Humanas, pages Revista del Centro de Estudios Latinoamericanos, Ecuador.

PENA VEGA A. 2009, *El porvenir de la Universidad: consideraciones sobre el futuro en un contexto mundial* («L'avenir de l'université: considérations sur le futur dans un contexte mondial») *Revue Reencuentro. Analisis de problemas universitarios*. La internacionalización de la educación, nº 54, pp 27-37, abril, Université Autonome Metropolitana, Xochimilco (également en ligne <http://reencuentro.xc.uam.mx>).

PENA VEGA, 2009. *Le processus de Bologne en Amérique Latine: l'université face aux défis*. Observatoire des Réformes Universitaires (ORUS) en collaboration avec la Fondation Coulistes Gulbenkian, Lisbonne, Portugal, 169 pages

PENA VEGA A., 2003, « *Diagnostico sobre a reforma da educação superior* ». Etudes préparatoires au séminaire international « Université XXI ème siècle » in STROH P. Y., PENA-VEGA, A., PINHEIRO DO NASCIMENTO, E. MEC/SESU/ ORUS/DAPES, Programme Université XXI ème siècle, 58 pages

PENA-VEGA A., CLEIDE R. S. Almeida, Izabel PETRAGLIA, 2003. *Edgar Morin: Ética, Cultura e Educação*. Cortez Editora (Ethique, Culture et Education), 175 pages. Co-directeur d'ouvrage, Sao Paulo, Brésil. (troisième édition, 2008).

Notas:

¹Ver, Interdisciplinaridade e universidade no século XXI. Elimar Pinheiro do Nascimento, Alfredo Pena-Vega, Marcio Antonio da Silveira, Abaré Editorial, 2008.

²Ver Le processus de Bologne en Amérique Latine: l'université face aux défis. Observatoire des Réformes Universitaires (ORUS) en collaboration avec la Fondation Coulistes Gulbenkian, Lisbonne, Portugal, 169 pages.

³Elimar Pinheiro do Nascimento e Alfredo Pena-Vega (orgs) *As novas dimensões da universidade: Interdisciplinaridade, sustentabilidade e inserção social*. Editora Garamond, 2012, 177 pages.

⁴De uma maneira geral, nas obras de Ivan Illich, mais particularmente «Une société sans école», Illich reclamava a dissolução do monopólio do sistema educacional, ele empregava a mesma palavra disestablishment que designa em inglês, a separação entre a Igreja e o Estado. A ideia defendida por Illich, especialmente em seus livros dos anos 1970 é de que o número de instituições (desde a escola e, em ampliação, até se chegar à universidade) esperaram uma saída, sem a qual elas se tornariam malignas e contraproducentes.



NOTÍCIAS

3ª Conferência Nacional sobre Ciência e Tecnologia (Luanda, 11 – 13 Setembro de 2013)

De 11 a 13 de Setembro de vai-se realizar em Luanda a 3ª Conferência Nacional sobre Ciência e Tecnologia. Os objetivos do evento centram-se essencialmente na "Apresentação de resultados de investigação científica e troca de experiência sobre a contribuição da ciência na resolução dos problemas sociais, no combate às alterações climáticas e na promoção do desenvolvimento sustentável".

A Conferência está organizada em V Painéis temáticos:

Painel I - A Implementação da política de CTI e seu impacto;

Painel II - A investigação científica no reforço da segurança alimentar e nutricional;

Painel III - A aplicação da ciência e tecnologia na gestão dos desastres naturais e questões ambientais;

Painel IV - A ciência e a inovação tecnológica no reforço da saúde pública;

Painel V - As Tecnologias ao serviço da sociedade.

Haverá ainda uma Mesa-Redonda sobre o tema

"A materialização de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação e a contribuição das tecnologias na gestão de ecossistemas e sítios", decorrendo simultaneamente três eventos paralelos e sessão de posters.

A REALP estará presente através do Prof. João Seródio da UAN (Angola).

Ver mais informações: <http://cea.iscte.pt/wp-content/uploads/3a-Conf-CT-2013-2a-circular-13-Julho-2013.pdf>



NOTÍCIAS

Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais, em Portugal

Criado ao abrigo do Protocolo de Execução da rede Luso-Brasileira de Estudos Ambientais, assinado em 4 de Abril de 1997, no Rio de Janeiro, pelas 8 universidades fundadoras da rede – 4 brasileiras (do Amazonas, de Brasília, Federal de Pernambuco e Federal de Santa Catarina) e 4 portuguesas (dos Açores, de Aveiro, de Évora e Nova de Lisboa) – e pelos organismos da tutela (Mistérios do Ambiente, CNPq, CAPES e JNICT), o Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais, lançado pelas universidades portuguesas, constitui um dos pilares de base ao desenvolvimento desta rede de cooperação científica.

Após a sua adequação a Bolonha, vai decorrer na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Campus da Caparica, a segunda edição do MGPA, promovido em associação pelas universidades de Évora, de Aveiro e Nova de Lisboa.

Os objetivos do Mestrado são: Promover a Formação avançada e desenvolvimento de conhecimentos e competências na área ambiental, em particular no âmbito da Gestão e Políticas Ambientais. O MGPA é um curso de banda larga e com forte aposta na multidisciplinaridade dos discentes e no trabalho em equipas diversificadas, aceitando um leque de formações em ambiente, território, governação e desenvolvimento social e económico.

Mais Informações relativas a: Plano curricular e corpo docente; regulamento do Mestrado; edição 2013-2014; valor das propinas, podem ser consultadas no sítio da net <http://www.fct.unl.pt/candidato/mestrados/mestrado-em-gestao-e-politicas-ambientais>

**A nova Economia Política do Desenvolvimento Sustentável**

por: José Manuel Martins Caetano | Universidade de Évora; CEFAG-UE | jcaetano@uevora.pt

1. A lógica do Desenvolvimento Sustentável radica na conceção de que *economia, sociedade e ecologia* são cada vez mais domínios interdependentes nas diferentes escalas territoriais em que interagem -local, regional, nacional e mundial-, constituindo um sistema estável de conexões. Esta noção seminal exposta em 1987 no relatório Brutland *Nosso Futuro Comum* coloca o Homem no centro do processo de sustentabilidade e tem suportado a partir daí o conceito de *Desenvolvimento Sustentável*, reforçando a convicção de que as alterações ao equilíbrio na Terra são fruto dos padrões de desenvolvimento adotados pelos países ao longo do tempo. Foi neste contexto 5 anos depois no Rio de Janeiro se realizou a *Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento*, mais conhecida por *Cimeira da Terra*, que tinha como objetivo maior melhorar a articulação das dimensões socioeconómicas com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra.

Posteriormente surge a designada *Carta de Aalborg* que marca o início da *Campanha das Cidades e Vilas Sustentáveis* e que procura conformar o desenvolvimento das urbes com um ritmo consistente com a capacidade de suporte dos ecossistemas. Este documento definiu princípios, valores e ações de promoção do desenvolvimento sustentável nas áreas urbanas e defendeu a necessidade de organizar campanhas de difusão de estratégias que estimulem e promovam

a sustentabilidade no plano local, alertando as autoridades públicas para a necessidade de implementar os consequentes planos de ação de base local¹. Em 2004, 10 anos após a citada Carta, decorreu a Conferência *Inspirando o Futuro*, onde foram aprovados os *Compromissos de Aalborg* que lançam a *Rede de Cidades e Vilas Sustentáveis* que implementa alguns princípios básicos do processo de sustentabilidade².

2. As críticas e desafios lançados naqueles eventos e documentos sobre algumas convicções, até aqui consideradas universais, têm atravessado o mundo da ciência pura e mais recentemente têm-se estendido às ciências sociais em geral e ao ramo da economia em particular. Na realidade, desde que em 1972 *Clube de Roma* fez soar o alarme com a publicação do relatório *Os Limites do Crescimento*³, o confronto entre as verdades aceites pela economia clássica e as ideias subjacentes ao desenvolvimento sustentável tem posto em causa certas crenças até aí solidamente ancoradas no pensamento económico clássico.

Num mundo em mudança, as emergentes correntes de pensamento possuem a vantagem de oferecer novas alternativas para os decisores públicos e privados e de originar debate aceso e fecundo sobre as condições do desenvolvimento sustentável. Num tempo em que a crise económica e financeira assola a o mundo, em especial a Europa sujeita à instabilidade provocada pela propagação da crise das dívidas soberanas e que põe em

causa a solidez do projeto de construção europeia, cremos ser relevante aportar ao debate novas perspectivas de desenvolvimento que possam satisfazer as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras garantirem as suas.

As novas abordagens do pensamento económico colocam o Homem e o bem comum no centro das preocupações, apelando a que as instâncias políticas lhes concedam a devida atenção no processo de tomada de decisão. Sustentam, pois, a ideia de que esta nova visão sobre a economia promoverá o progresso sistemático e transversal da responsabilidade individual, a qual criará condições para uma efetiva preservação dos recursos e do meio ambiente, para o respeito pelos valores qualitativos associados ao bem-estar e para a maior igualdade do género e e inclusão social, colocando a ética no centro da vida económica.

3. Tendo como pano de fundo o surgimento deste novo paradigma de pensamento económicos, e atentos às múltiplas razões que o suportam, procuraremos sintetizar algumas reflexões que, em nossa opinião, justificam de forma impressiva os progressos já registados, no sentido de edificar uma visão alternativa de uma economia política promotora do desenvolvimento sustentável. Cremos que existem já abordagens estruturadas em torno da economia, pelo que se justifica salientar os seus pontos de partida, as suas referências fundacionais e as respetivas prioridades e, ainda, as principais propostas de ação que as consubstanciam.

Houve uma época em meados do século passado em que novos paradigmas da economia, baseados na visão keynesiana de que o recurso a vastos programas de investimento público estimularia a atividade económica e o emprego, constituíram resposta cabal à depressão dos anos 30 que como sabemos devastou a economia mundial. Não obstante poder existir alguma similitude nas situações, as atuais novas visões da economia são algo distinto, pois alicerçam respostas para um conjunto de dilemas emergentes e que têm progredido constantemente desde o último quarto do passado século.

Atualmente os novos modelos concebem formas de organizar as bases de uma economia sustentável, num momento em que há sinais claros de que a economia global não pode orientar-se mais pelas soluções habituais de crescimento indus-

trial sem acabar em desastre total⁴. Os horizontes da investigação sobre as causas e determinantes do bem-estar estão-se modificando rapidamente, pelo que cada vez mais se reconhece que as reais causas e determinantes da riqueza das nações se afastam progressivamente dos princípios clássicos que durante anos nos conduziram e que tão bem reproduzidos foram na coloquial expressão da *mão-invisível* consagrada por Adam Smith há mais de dois séculos.

4. Retomemos então o conceito de *desenvolvimento sustentável*, reconhecendo que o mesmo tem assumido várias vertentes, sendo porventura a aceção mais abrangente e inovadora aquela que foi lançada no já referido relatório *Nosso Futuro Comum*. De facto, este influente manifesto teve o mérito de colocar o conceito e toda a sua envolvente no cerne da agenda mediática e do discurso político, ao defini-lo como um padrão de *desenvolvimento que vai ao encontro das necessidades atuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades*.



No fundo, num mundo em que a pobreza e a desigualdade assumem natureza endémica e que está continuamente exposto a crises ambientais, entende-se que o desenvolvimento sustentável requer que as sociedades busquem respostas ativas para as necessidades humanas, através do incremento do potencial produtivo e concedendo oportunidades de acesso iguais para todos⁵. Ora, nesta ótica, aos defensores do desenvolvimento sustentável cumpre criar condições para diluir os riscos que impendem sobre os sistemas naturais. Para tal, a ação política deve liderar o processo de transformação em que o uso dos recursos, a direção dos investimentos, o rumo do progresso tecnológico e a mudança institucional terão que ser orientados para satisfazer as ne-

cessidades humanas, respeitando os limites da capacidade de regeneração dos recursos naturais.



As tendências recentes demonstram que o progresso económico convencional não atende as reais necessidades da população e compromete a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas. Deste modo, a moderna economia deve refletir a crescente procura de novas hipóteses e formas de organização político-económica sobre como pode o planeta preservar os recursos finitos e, simultaneamente, capacitar as pessoas para satisfazerem as suas necessidades, numa conceção lata de ciência económica. Parece haver, assim, uma estreita correlação entre o desenvolvimento sustentável e as novas correntes na economia, pois ambos exaltam a necessidade de mudança de direção nos padrões e tipologias de desenvolvimento e nas formas organizacionais da sociedade.

5. Deste ponto de vista, identificam-se uma série de características comuns às modernas abordagens da economia que enfatizam a deslocação para um paradigma assente nos princípios do desenvolvimento sustentável, propondo algumas mudanças estruturais que facilitem a progressão de um sistema de economia de mercado para um outro mais focado na garantia do acesso das pessoas aos recursos. Em consequência, o sucesso deixa de ser aferido pelo ritmo de crescimento económico e passa a ter como norma a sustentabilidade nas múltiplas dimensões social, ambiental e económica.

Nas últimas décadas, à medida que os problemas da sustentabilidade se tornaram mais notórios e se agudizou a consciência sobre a premência de intervir, a corrente de pensamento económico tradicional foi-se aproximando de alguns princípios básicos do desenvolvimento

sustentável, inserindo-os gradualmente no seu racional. Tal tendência contribuiu para institucionalizar no plano do processo político novas orientações nas abordagens da economia, mormente na gradual aplicação da política fiscal para fins ambientais e na tomada em conta das externalidades inerentes ao uso de bens comuns.

6. Nesta breve nota não podemos deixar de aflorar alguns dos aspetos cruciais dos fundamentos económicos do atual debate sobre o desenvolvimento sustentável, como sejam: os seus princípios orientadores, o espectro de políticas públicas que aquele promove, os contextos territoriais em que atua, as implicações nas formas de medição e contabilização das atividades económicas, ou ainda as análises de longo prazo sobre as implicações da substituição da ótica do crescimento quantitativo para uma perspetiva integrada da análise custo-benefício em termos ambientais.

Os governos e as instituições internacionais nos diferentes níveis em que atuam são eles próprios uma parte importante do problema e, naturalmente, deveriam sê-lo também da solução. De facto, a alteração de algumas orientações nas atuais políticas públicas - por exemplo nas áreas da agricultura, das explorações de minérios ou dos transportes - e a tomada em conta dos impactos colaterais que algumas decisões provocam em áreas afins, através de uma abordagem integrada de natureza multidisciplinar, podem constituir um impulso relevante para a disseminação dos critérios do desenvolvimento sustentável.

Tendo em conta um enfoque pluridisciplinar, cremos que este paradigma da economia encerra potencialidades até agora não exploradas⁶. Por um lado, há um ganho *sistémico* que decorre da mudança nas políticas no contexto fiscal e da despesa pública, o qual pode incentivar transformações no plano da sustentabilidade de atividades relevantes com expressão local, em especial em domínios como a agricultura, a energia, as deslocações e transportes e os perfis de emprego. Há também um benefício decorrente do encadeamento de efeitos *sinérgicos*, pois uma reforma das políticas que consagre normas que garantam a sustentabilidade naqueles domínios irá estimular uma mudança comportamental em domínios relacionados, pelo que os efeitos

tenderão a reforçar-se mutuamente. Assim, as entidades públicas sentir-se-ão pressionadas de forma permanente para reconhecerem a necessidade e as possibilidades das políticas públicas promoverem sinergias e demonstrarem capacidade de as implementar de forma integrada.

7. Em suma, cremos que irá haver uma crescente pressão sobre os decisores políticos para a adoção de abordagens que integrem as perspetivas social, ambiental e económica e que tal estimulará mudanças de atitudes e comportamentos na sociedade, dando primazia, à satisfação das necessidades das pessoas com base nos recursos endógenos dos locais em que vivem. Adicionalmente, na definição das políticas públicas dos vários níveis territoriais deverão ser tidos em conta os limites do ecossistema, enquanto as mais recentes correntes de pensamento económico abrirão vias de reflexão sobre os novos determinantes da eficiência económica e do progresso social. Naturalmente que a inovação tecnológica orientada para aqueles princípios constituirá também uma peça-chave do processo de adaptação estrutural da sociedade aos novos condicionalismos.

A economia como ciência é, pois, fundamental neste processo de ajustamento porque trata dos comportamentos humanos e do processo respetivo decisório para satisfação das suas necessidades virtualmente ilimitadas num contexto de recursos limitados. Por isso, pode contribuir bastante para formular políticas ambientais que promovam a sustentabilidade nas suas diversas dimensões, tendo para tal que incorporar no seu corpo científico os princípios e valores adequados à sua promoção. O sistema económico torna-se crucial pois insere em si os processos de consumo e de produção, em que as inerentes decisões dos agentes - consumidores e produtores- têm impactos nas múltiplas vertentes do sistema natural. As desigualdades que tais decisões provocam criam pressão sobre os recursos ambientais com impacto não apenas no bem-estar presente, mas também no futuro, o que concede ao desenvolvimento sustentável uma dimensão inter-temporal.



Notas:

¹Estes compromissos ficaram reconhecidos nos designados processos da Agenda 21 Local, adotada na Cimeira da Terra. Aquele documento orientador, assinado por quase duas centenas de Estados, procura associar a proteção do ambiente com o desenvolvimento económico e com a coesão social. No seu Capítulo 28 estipula que (...) cada poder local deverá entrar em diálogo com os seus cidadãos, organizações locais e empresas privadas e deverá adotar uma "Agenda 21 Local" (...), os poderes locais deverão aprender com os cidadãos e com as organizações locais, cívicas, comunitárias, comerciais e industriais e adquirir a informação necessária para elaborar melhores estratégias. Sobre o assunto ver: <http://www.cidadessustentaveis.info/>.

²Os dez princípios definidos naquele *Compromisso* revelam uma forte transversalidade de temáticas e respeitam à Governança, Gestão Local para a Sustentabilidade, Bens Comuns Naturais, Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida, Planeamento e Desenho Urbano, Melhor Mobilidade Menos Tráfego, Ação Local para a Saúde, Economia Local Dinâmica e Sustentável, Equidade e Justiça Social e, ainda, do Local para o Global.

³No qual, um grupo de investigadores liderado por Dennis Meadows concluía que a Terra não suportaria o crescimento populacional devido à pressão gerada sobre os recursos naturais e energéticos. No estudo, fazendo uma projeção para 100 anos, descartando o eventual progresso tecnológico e a descoberta de novos recursos, defendia-se que para atingir a estabilidade económica e respeitar os equilíbrios naturais existentes era necessário congelar o crescimento da população global. Tal posição significava um reavivar da discussão em torno das teses de Malthus sobre os perigos do crescimento populacional. Em suma, a tese do *Crescimento Zero* atacou as teorias de crescimento económico sem limites. Para mais informação ver <http://www.clubofrome.org/?p=4764>.

⁴Veja-se a propósito *O Desafio Global*, onde Nicholas Stern apresenta e discute vias para enfrentar as alterações climáticas criando uma nova era de progresso e prosperidade. Edição portuguesa da *Esfera do Caos* de 2009.

⁵A propósito veja-se o interessante e atual relatório *Inclusive Green Growth: The Pathway to Sustainable Development* publicado pelo *International Bank for Reconstruction and Development* e que está acessível em http://siteresources.worldbank.org/EXTSDNET/Resources/Inclusive_Green_Growth_May_2012.pdf.

⁶Ver Liouakis, George (2010), "Political Economy, Capitalism and Sustainable Development" *Sustainability* 2 (8): 2601-2616.





O que diz o discurso? Uma análise discursiva da Rio+20

por: Carolina Lopes Araújo¹, Raiza Gomes Fraga² & Viviane de Melo Resende³ | ¹Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina e Centro de Desenvolvimento Sustentável; ²Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável; ³Universidade de Brasília, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP/UnB), Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELIS) | carolinalopesaraujo@yahoo.com.br

1. Introdução

A Rio+20 foi um momento de intensa interação de atores envolvidos com a questão do desenvolvimento sustentável. Os conteúdos das negociações reverberam a diversidade dos assuntos e de perspectivas presentes na discussão sobre sustentabilidade. O maior desafio da Rio+20 estava em materializar, no formato de um documento final, uma proposta dos caminhos para o desenvolvimento sustentável a serem adotados por todos os países membros da ONU (ABRANCHES, 2012).

Ineditamente, a organização da Rio+20 adotou como política a inclusão da sociedade civil nos debates oficiais e nas consultas quanto às decisões da Conferência, por meio da participação de representantes de nove grupos majoritários na Plenária de Alto Nível da Conferência, tradicionalmente composta exclusivamente pelos/as chefes de Estado e Governo. Tal fato apoiou-se no argumento de que as responsabilidades quanto aos compromissos assumidos no âmbito da Conferência são comuns a todos/as os/as habitantes do planeta e às organizações a que se vinculam, mas são responsabilidades diferenciadas segundo a situação geopolítico-econômica dos diversos atores.

Diante da diversidade de posicionamentos e interesses geopolíticos dos atores envolvidos nas discussões e tendo-se a necessidade de se resguardar a coerência e a aceitação das decisões, a Rio+20 fez emergir a hegemonia de alguns discursos e o protagonismo de alguns atores sobre os demais, definindo os caminhos do desenvolvimento mais prováveis de serem efetivamente adotados (ABRAMOVAY, 2012). Isso se mostrou claro no pronunciamento oficial de abertura da Plenária de Alto Nível da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, proferido em 20 de junho de 2012 pela Senhora

Dilma Rousseff, Presidente do Brasil, país anfitrião da Conferência.

2. Análise discursiva crítica do texto de abertura da Plenária Oficial da Rio+20

Considerando a relação interna e dialética entre linguagem e sociedade (RAMALHO e RESENDE, 2011, p.23), buscamos analisar o pronunciamento da Presidente do Brasil na abertura da Plenária de Alto Nível da Rio+20, tentando encontrar representações sociais específicas que dão suporte e, ao mesmo tempo, difundem uma visão de mundo particular. A linguagem se constitui socialmente ao mesmo tempo em que gera consequências ou efeitos sociais e políticos, refletindo a prática social, isto é, a dinâmica de interação entre atores sociais que acontece no campo social (NASCIMENTO, 2012). Fairclough lembra que lutas hegemônicas envolvem disputas pela legitimação e universalização de uma representação particular do mundo como se fosse a única, possível, legítima e aceitável (RAMALHO e RESENDE, 2011, p.143).

2.1 A hegemonia do discurso econômico

A análise discursiva crítica do texto de abertura da Plenária da Rio+20 apontou dicotomia entre o discurso ambiental e o discurso social e econômico. Analisando-se a interdiscursividade, observa-se a hegemonia do discurso econômico na passagem *"acordamos que o bem-estar das gerações presentes não poderia ser construído em detrimento das gerações futuras e que, para esse fim, a proteção ambiental deveria ser parte integrante do processo de desenvolvimento"*. O conceito de bem-estar no texto vincula-se a crescimento econômico. O processo de desenvolvimento referido é marcadamente desenvolvimento econômico, o qual é apontado, em outras passagens do texto, como via de solução para problemas sociais e ambientais. O uso do

modo verbal condicional nas expressões *"não poderia ser"* e *"deveria ser"* contrasta com o indicativo utilizado na maior parte dos processos verbais do texto. Desse modo, ao invés de denotar uma realidade relatada, o processo representado no condicional apresenta uma proposição que pode ser contestada (OLIVEIRA, 2008, p.14). A proteção ambiental é, assim, comunicada como um anseio a ser realizado no futuro e não como um fato real ou como um compromisso ou obrigação inerente ao processo de desenvolvimento.

A importância relativa majorada do discurso econômico também pode ser observada no trecho em que o texto explica o significado da expressão *"desenvolvimento sustentável"* (vide quadro em baixo).

"Desenvolvimento sustentável implica crescimento da economia, para que se possa distribuir riqueza. Significa criação de empregos formais e expansão da renda dos trabalhadores. Significa distribuição de renda para pôr fim à miséria e reduzir a pobreza. Significa garantir acesso à educação, à saúde, segurança pública e todos os serviços necessários ao bem-estar da cidadania plena da população. Significa tornar nossas cidades cada vez mais sustentáveis. Significa reduzir o desmatamento. Significa usar, de forma sustentável, nossa biodiversidade e proteger nossos rios e florestas. Significa gerar energia limpa".

Salientando a importância do processo econômico, o trecho é iniciado com aquilo que é peça central no texto: *"Desenvolvimento Sustentável implica crescimento da economia para que se possa distribuir riqueza"*. A materialização do discurso econômico é reforçada ainda pelas expressões *"emprego formal"*, *"expansão da renda dos trabalhadores"*, *"distribuição de renda"* e *"redução da pobreza"* que se seguem. Com importância secundária, demonstrada pela sua apresentação no final do trecho, surgem as referências à preservação ambiental, materializadas nas orações *"significa reduzir o desmatamento."*

Significa usar, de forma sustentável, nossa biodiversidade e proteger nossos rios e florestas". A importância do discurso ambiental fica ainda mais mitigada pela retomada do discurso econômico para finalizar o parágrafo, ao expressar que o desenvolvimento sustentável "significa gerar energia limpa". Assim, além do significado de desenvolvimento que se constrói no texto – lembremos que o significado de palavras não é uma

constante trans-histórica, mas uma variável, que deve ser negociada em cada texto – os vínculos de desenvolvimento com campos específicos, como a economia e o ambiente se hierarquizam também na organização da superfície textual.

2.2 O protagonismo dos governantes sobre a sociedade civil

A análise da representação de atores sociais indica posicionamentos específicos em relação aos atores e suas atividades. Determinados pontos de vista são expressos a partir das escolhas representacionais, sendo que os atores podem ser ofuscados ou enfatizados (RAMALHO e RESENDE, 2011).

No texto em análise, encontramos representações particulares de atores sociais envolvidos no contexto da Rio+20. Observa-se o contraste na representação do papel passivo dos "habitantes do planeta", representados por generalizações – tais como: *seres humanos, povos, população, homens, mulheres e crianças* – e referidos como atores receptivos da ação de outrem, em comparação às representações dos chefes de estado e de governo destacado no texto por sua função ativa de "governantes desse planeta" e tomadores de decisão (funcionalização). Observa-se, ainda, a importante exclusão de representação dos grupos da sociedade civil mobilizados na Rio+20. Apesar de ter sido inédita a concessão de espaço de palavra a representantes dos grupos majoritários da sociedade civil na Plenária de Alto Nível, o pronunciamento de abertura do evento não faz referências a esses atores sociais personalizados ou aos movimentos específicos que representam – assim, temos uma classificação que tende à indefinição.

O protagonismo dos governantes é reiterado pelo discurso da responsabilidade



dos/as chefes de Estado e de Governo quanto aos rumos do desenvolvimento. Segundo o texto, esses/as "governantes" possuem a responsabilidade "perante a História e perante os nossos povos" de assumir compromissos que promovam o bem-estar geral da população. A presença do item lexical "História" – com letra maiúscula – indica que essa responsabilidade dos/as governantes ultrapassa o contexto político atual, inscrevendo, na história humana, um compromisso necessário para a continuidade da vida sobre o planeta. Tal discurso reforça a importância relativa dos/das governantes sobre os demais atores sociais com-vocados a participar da construção do desenvolvimento sustentável.

3. Considerações finais

Em que pese os limites próprios desta *newsletter*, que impediram a divulgação, neste espaço, de toda a análise que realizamos do texto pronunciado pela Presidente Dilma Roussef na abertura da Plenária de Chefes de Estado e de Governo da Rio+20, a análise discursiva crítica foi capaz de mostrar a preponderância do discurso econômico e social sobre o ambiental. O discurso da Rio+20 apresenta o crescimento econômico como via para a solução das mazelas da sociedade e da natureza. Tal discurso encontra eco no contexto de crise econômica mundial experimentada nos países desenvolvidos quando da realização do evento.

Observa-se, ainda, uma lacuna de empoderamento da sociedade civil nas decisões sobre os rumos do desenvolvimento no planeta. A participação da sociedade civil nas decisões sobre desenvolvimento sustentável, ainda que ensejada, fica fortemente comprometida pelo protagonismo dos chefes de Estado e de governo no discurso da Rio+20, mesmo

que tenha sido concedido espaço de palavra privilegiado a representantes da sociedade civil no contexto da Plenária de Alto Nível da Conferência.

É inegável que a sociedade esteja se propondo a pensar sobre a sustentabilidade de seu(s) modelo(s) de desenvolvimento. Mas ainda não é uma realidade – nos discursos, nas práticas e nas estruturas sociais vigentes – a participação demo-

crática e proativa da sociedade civil organizada. Tampouco se concretizam as necessárias restrições da dinâmica produtiva e do consumo aos limites de resiliência do planeta. A preponderância do discurso econômico e o protagonismo dos chefes de Estado e Governo no texto da Rio+20 apontam para o fato de que ainda há um longo caminho a ser percorrido para a construção de um modelo de desenvolvimento equitativo, equilibrado e participativo.

RIO+20



Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. Desigualdades e limites deveriam estar no centro da Rio+20. *Estudos Avançados* [online], v. 26, n. 74, p. 21-34, 2012. ISSN 0103-4014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100003&lng=en&nrm=iso >. Acesso em: 30 abr 2012.
- ABRANCHES, S. Rio+20 pode perder substância política. *Ecopolítica*. Rio de Janeiro 2012.
- NASCIMENTO, E. P. Sustentabilidade: o campo de disputa de nosso futuro civilizacional. In: LÉNA, P. e NASCIMENTO, E. P. D. (Ed.). *Enfrentando os Limites do Crescimento: sustentabilidade, prosperidade e decrescimento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- OLIVEIRA, L. C. D. A atuação das modalidades epistêmicas pressuposição e irrealis no uso dos pretéritos perfeito simples e perfeito composto em espanhol. *Working Papers em Linguística*, v. 9, p. 10, 2008. ISSN 1984-8420. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/7073> >. Acesso em: 28 jan 2013.
- RAMALHO, V.; RESENDE, V. D. M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes Editores, 2011. ISBN 978-85-7113-336-5.

DESTAQUE

Recebi a mensagem que publicamos do nosso querido amigo Prof. João Nildo de Sousa Vianna, à qual nos associamos em homenagem

"Em 13 de julho morreu Bertha Becker, uma das maiores defensoras do conceito sustentabilidade para desenvolvimento da Amazônia. Além disso, minha amiga muito querida de longas datas e jornadas... Gostaria de publicar na NL um texto em sua homenagem, já que o próximo encontro da REALP vai ser na Amazônia onde sem dúvida teria sido uma das conferencistas convidadas"

Homenagem, sempre

por: Elimar Pinheiro do Nascimento & João Nildo Vianna | Universidade de Brasília; Centro de Desenvolvimento Sustentável
vianna@unb.br



Bertha Becker na Preparação da Carta da Amazônia para a Rio+20 (Brasília 2012)



Bertha Becker na Conferência Rio+20, no Painel "Future Earth" (Rio de Janeiro 2012)

Quando a conhecíamos em uma palestra em Brasília, Manaus ou Rio, não importa, ela não nos parecia irreverente, como diziam. Ela era a irreverência. E começava dizendo que iria praticar a arte da irreverência, ou seja, a arte da sinceridade. E dizia o que pensava, fosse de acordo ou em desacordo com a maioria. Isso não era importante para ela, importava suas convicções nascidas de longas pesquisas, reflexões e debates com seus pares. Brilhava desde o início de sua fala. Primeiro, pela inteligência, ágil, provocante, fazia articulações de coisas para nós inarticuláveis, formulava conceitos desconcertantes mas profundos. Segundo, pelo conhecimento. Cada assertiva tinha o peso de uma longa reflexão, o peso de uma pesquisadora de mérito. Como era reconhecida por seus pares no Brasil e alhures. E, por último, pelo humor. Sem a abundância das cachoeiras, mas parcimonioso como um fio d'água. Pouco, mas marcante, sutil, inteligente. Logo no início

percebíamos que tinha porte de rainha, mas sem a formalidade britânica, e com a simplicidade norueguesa. Ninguém saía de suas conferências do mesmo jeito que entrara. Retirava-se de bem com a vida, feliz, iluminado pela inteligência da Bertha, reflexivo, repensando seus conhecimentos, refazendo suas avaliações. Ela era marcante. E marcava a vida de cada um de nós, que rapidamente nos tornávamos seus admiradores. Por isso, quando se despediu deixou o lugar da palestrante vazio. Mas, curioso, nossa imaginação teima em preenchê-lo, com sua figura de lutadora, de mulher alegre, sem ser frívola, de intelectual perspicaz sem ser arrogante. Por isso duvidamos, vez ou outra, se ela de fato nos deixou. Pois nossa imaginação não a deixa partir. E nosso coração a recria dioturnamente. Bertha Becker partiu?



À MARGEM

Ainda na pegada do XV Encontro da Rede de Estudos Ambientais dos Países de Língua Portuguesa – REALP, agradecimento a Angola

A Pedra Filosofal

Eles não sabem que o sonho é uma constante da vida tão concreta e definida como outra coisa qualquer, como esta pedra cinzenta em que me sento e descanso, como este ribeiro manso em serenos sobressaltos, como estes pinheiros altos que em verde e oiro se agitam, como estas aves que gritam em bebedeiras de azul. eles não sabem que o sonho é vinho, é espuma, é fermento, bichinho álcere e sedento, de focinho pontiagudo, que fossa através de tudo num perpétuo movimento. Eles não sabem que o sonho é tela, é cor, é pincel, base, fuste, capitel, arco em ogiva, vitral, pináculo de catedral, contraponto, sinfonia, máscara grega, magia, que é retorta de alquimista,

Sagrada Esperança

Às casas, às nossas lavras
às praias,
aos nossos campos
havemos de voltar
Às nossas terras vermelhas do café
brancas de algodão
verdes dos milharais
havemos de voltar
Às nossas minas de diamantes
ouro, cobre, de petróleo
havemos de voltar
Aos nossos rios, nossos lagos
às montanhas, às florestas
havemos de voltar

...
Em terras
Em todas as fronteiras
Seja bem vindo quem vier por bem
Se alguém houver que não queira
Trá-lo contigo também

Zeca Afonso em: <http://www.youtube.com/watch?v=hfKU5pA-CRI>

mapa do mundo distante,
rosa-dos-ventos, Infante,
caravela quinhentista,
que é cabo da Boa Esperança,
ouro, canela, marfim,
florete de espadachim,
bastidor, passo de dança,
Colombina e Arlequim,
passarola voadora,
pára-raios, locomotiva,
barco de proa festiva,
alto-forno, geradora,
cisão do átomo, radar,
ultra-som, televisão,
desembarque em foguetão
na superfície lunar.

***Eles não sabem, nem sonham,
que o sonho comanda a vida,
que sempre que um homem sonha
o mundo pula e avança
como bola colorida
entre as mãos de uma criança.***

António Gedeão, in *Movimento Perpétuo*, 1956

Podem ouvir o poema cantado em http://www.youtube.com/watch?v=J3ireFJ_SII ou <http://www.youtube.com/watch?v=kGvY4tqcgUQ>

À frescura da mulemba
às nossas tradições
aos ritmos e às fogueiras
havemos de voltar
À marimba e ao quissange
ao nosso carnaval
havemos de voltar
À bela pátria angolana nossa terra,
nossa mãe havemos de voltar
Havemos de voltar
À Angola libertada
Angola independente.

Agostinho Neto



O Eu e o Outro - O processo de aprendizagem intercultural

Artigo constituído por duas partes. Neste número publicamos a Parte I

por: Paulo Alves Pereira | Dept. Artes Cénicas | Universidade de Évora | papereira@uevora.pt

Parte I. O etnocentrismo - as barreiras no contacto com o Outro

A sociologia da consciência chama à realidade cultural quotidiana “um mundo de certezas”. “Isto significa que as estruturas basilares, através das quais a sociedade é experimentada, não são postas em causa, mas são assumidas como condições de vida aparentemente naturais e evidentes”². Na etnologia, este espartilhamento nas evidências culturais é também descrito como etnocentrismo “natural”. Etnocentrismo é, neste sentido, como Stagl o expressa, “um egocentrismo extensível ao grupo. Cada um considera, de forma *naïv*, a sua posição como o centro do mundo e organiza em volta dele as suas experiências e actuações”². Para evitar confusão com uma compreensão estreita, mas entretanto muito difundida, de etnocentrismo, preferimos falar de “centrismo cultural”, porque se trata aqui dos fenómenos fundamentais da pertença a uma comunidade de comunicação, e não de uma determinada etnia, que é colocada no centro das orientações quotidiana. O centrismo cultural significa apenas: ligações ao espaço e perspectividade do sistema de orientação. As representações de superioridade cultural não são (ainda) necessárias. Insinua-se involuntariamente uma tendência de valorização, assim que esta perspectiva é utilizada na percepção, ordenamento e juízos da atitude dos grupos culturais alienígenas. A evidência do mundo próprio é vista sob a tónica da valorização positiva, a “do outro” aparece a uma luz mais “estranha” e menos natural. Apenas o princípio inquestionável do próprio sistema de sentido – bem longe de “preconceitos” étnicos ou racistas – conduz à coloração da percepção, na qual a cultura alienígena surge necessariamente pior do que a cultura própria.

Para a compreensão do encontro intercultural e para se estabelecer o correspondente processo de aprendizagem é de importância fundamental saber se se pode partir do princípio de que às pessoas, ao serem igualmente entidades de cultura (“consustancial with our species – consustanciais com a nossa espécie”³),

lhes é conferido também um estrato primário de centrismo cultural. Nós, de facto, partimos da assunção, por mais que pareça difícil, de comprovar empiricamente a universalidade do centrismo cultural. Em diversas disciplinas científicas encontram-se indícios de que o centrismo cultural representa o primeiro fenómeno, sobre o qual se constroem, sob determinadas condições pessoais e sociais, as estruturas etnocêntricas, nacionalistas e racistas. O centrismo cultural tem uma componente afectiva, uma tendência para o “amor-próprio” cultural, que remete para a antropologia, entre outros, e que remete a enculturação para um contexto positivo de relações sociais valorizadas. Parece mais importante, de novo, que esta auto-referência se apoie, durante a fase de enculturação, em processos de identidade. A confrontação com mundos de vidas alienígenas tem de produzir stress (positivo ou negativo), porque os padrões culturais de uma comunidade de comunicação são identificatórios, isto é, utilizados para a delimitação externa e para a estabilização interna. Um colectivo, que se defina sobre uma determinada cultura, transmite, por exemplo, também “energias de imunidade” ideológica, que evitam que esta cultura decaia, que evitam as suas franjas se degradem. Identidade cultural e delimitação em relação a outros grupos são, claramente, duas faces da mesma medalha. O centrismo cultural faz parte, como tendência, do surgimento da identidade cultural.



A “aprendizagem cultural distingue-se, de acordo com estas reflexões, de outros processos de aprendizagem em vários aspectos. Os padrões culturais e as pers-

pectivas de sentido são, em primeiro lugar, integrados, deste modo, no aparato de orientação quotidiano e realizações quotidianas, eles entram, de certo modo, “na carne e no sangue”, as “experiências” confirmam mais as estruturas de expectativa culturalmente marcadas do que contribuem para uma revisão de percepções estabelecidas e de padrões de interpretação.



A percepção cultural específica tende a transformar informações difusas e contraditórias em padrões significativos, isto é, em padrões conhecidos e a apagar elementos contraditórios da experiência. A realidade cultural, como nós a reproduzimos diariamente, não é alvo de exame crítico, antes se ressegura na sua validade. Isto explica exactamente por que razão mais informação ou mais contacto com grupos culturais alienígenas não conduz automaticamente à “aprendizagem cultural”. Isto está relacionado com o facto de o “saber” cultural ser afectivamente subalimentado e de ser relevante em termos de identidade. Isso torna-se particularmente claro, quando se trata de padrões higiénicos e padrões morais. O desrespeito das regras culturais não funciona apenas de modo incompreensível, ele despoleta emoções muito violentas (rejeição, medo, revolta, asco), que são percebidos, no contacto com a cultura alienígena, como desadaptadas, destruidoras da harmonia e ameaçadoras da comunicação. A antecipação de tais possibilidades de reacção evitará, em princípio frequentemente, que um confronto com o que é alienígena seja, por

exemplo, reprimido logo no processo de percepção (ignorar). Uma reacção análoga, mas de sinal contrário, é a idealização e exotização do que é alienígena que aparentemente está totalmente aberto às culturas alienígenas, padrões de comportamento e escalas de valores e, no entanto, impede um verdadeiro encontro. Isto acontece permanentemente, quando a própria estranheza é cruzada, quando é compreendida demasiado cedo e sem problemas, mas, na verdade, apenas e só é traduzida nas categorias seguras da cultura própria. O saber cultural é um saber “escondido” – ele está implícito de forma preponderante, como na língua materna – entretido na aprendizagem de modelos e imitações. Enquanto a língua materna é mais tarde aprendida de forma sistemática na escola, a “gramática” cultural é raramente objecto de reflexão. Porque as recepções culturais em larga medida permanecem nos bastidores da consciência, não estão de facto disponíveis para os processos de aprendizagem.

Daí resultam dificuldades específicas da aprendizagem intercultural:

1. Na aprendizagem cultural devem ser relativizados os elementos evidentes da perspectiva do mundo até então adquirida e novas perspectivas de sentido serão desenvolvidas. A aprendizagem cultural não se pode limitar à aprendizagem de confirmações e adaptações, mas sim a uma necessária aprendizagem que ultrapasse fronteiras, isto é, “uma aprendizagem transformativa”. Isto representa um problema, sobretudo na formação de adultos. Os professores e professoras de adultos estão presos nas suas marcas biográficas e nas suas perspectivas comprovadas. Isto tem de ser didacticamente considerado. “A aprendizagem no estado adulto é basicamente aprendizagem de integração. Não se aprende o que alguém diz, mas sim o que é experimentado como relevante, significativo, integrável”⁴.

2. A aprendizagem intercultural despoleta resistências específicas e gerais à aprendizagem. As resistências à aprendizagem têm origem nas principais exigências da aprendizagem intercultural e nos temas ameaçadores, que espreitam a partir dos bastidores. Muitas vezes, são considerados como mais ameaçadores temas aludidos no confronto com a diferença cultural, nomeadamente: o medo

da perda de orientação, de perda de identidade e da perda do apoio do grupo. A aprendizagem intercultural evoca, além da cultura de origem, resistências de aprendizagem específicas, que podem configurar determinados conteúdos e também determinados métodos de mediação.



3. Porque os aprendentes têm permanentemente a possibilidade de actualizarem e de receberem selectivamente estas resistências de aprendizagem, a “escolarização” intercultural obrigatória não tem sentido. A aprendizagem cultural tem de ser voluntária e tem de ser concebida pelos próprios aprendentes como um activo processo de descoberta.

4. Uma vez que o processo de aprendizagem intercultural coloca aos participantes exigências especiais, é necessário observar reacções evitáveis: interessam-se os e as participantes que, no fundo, já estão abertos às experiências interculturais, para quem o confronto com as suas evidências culturais próprias não representam stress negativo, mas sim um desafio positivo e uma oportunidade de aprender. Daí surge o perigo de uma incorporada tendência de auto-confirmação: actua-se em abertura com quem está interculturalmente aberto. Se se quiser evitar este efeito de selecção, as barreiras da aprendizagem devem ser sistematicamente mantidas baixas.

5. Se a “enculturação” se consuma num processo de socialização ao longo da vida, então a “enculturação” e, em consequência, também a “aprendizagem intercultural” têm de ser considerados como “processos de socialização de um tipo especial”⁵. A aprendizagem cultural não

é, portanto, matéria para cursos-relâmpago, de duração pedagógica breve. Porque a aprendizagem intercultural é principalmente possível numa situação pedagógica preparada, significa, pelo contrário, que tem de se contar também com a “desaprendizagem” e a “mudança de orientação”, depois do regresso ao quotidiano em que se confia. A aprendizagem intercultural é tanto mais bem sucedida quanto melhor se conseguir organizar o processo de aprendizagem como cadeia de experiências de aprendizagem.

A aprendizagem intercultural é entendida como um processo, em cujo decurso se modifica a relação com a cultura própria e com a alienígena. Trata-se de um processo de desenvolvimento pessoal, para o qual se tem de definir, com maior exactidão, em que direcção e relativamente a quê consiste este “desenvolvimento” singular.

Uma possibilidade é a de estabelecer o processo de desenvolvimento como

uma progressivamente melhor compreensão do sistema de orientação da cultura alienígena. O objectivo pretendido poderia, por exemplo, ser numa determinada situação de encontro intercultural, compreender de tal modo as actuações dos membros da cultura alienígena e a génese dos artefactos, que seja possível uma relação própria, com objectivos e sem obstáculos. A compreensão seria, neste caso, estabelecida como objectivo instrumental; afirma-se que o sucesso de uma actuação intercultural depende do grau de compreensão da cultura alienígena em questão. Outros princípios vêm na compreensão aprofundada da cultura alienígena um objectivo em si mesmo; não se pretende apenas que uma pessoa se movimente dentro desta cultura em termos de orientação para um objectivo, mas também que se experimente como é ser parte desta cultura alienígena. Como pensar e sentir como um japonês ou um francês, portanto ver o mundo do ponto de vista da cultura alienígena? Este é um tema que tem, desde sempre, ocupado o debate etnológico. Em que medida pode uma pessoa realmente ver o mundo pela perspectiva de uma cultura alienígena? Geertz duvida abertamente de que possa ser um objectivo realista de aprendizagem “meter-se na pele” de pessoas com antecedentes culturais alienígenas, e sub-

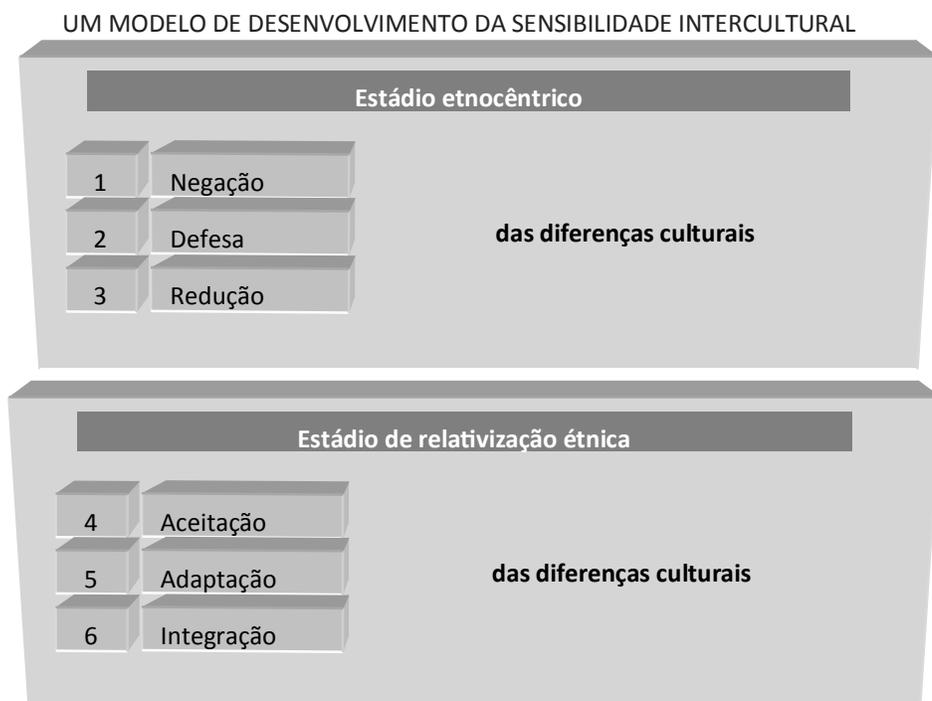
linha, de forma algo sarcástica, que seria necessário, para tal, uma espécie de identificação transcultural; em vez disso, ele propõe trabalhar-se sobre a maneira como os alienígenas se compreendem a si mesmos e, deste modo, apreender as formas simbólicas da cultura deles (palavras, imagens, instituições, modos de comportamento) e torná-las claras⁶. No debate americano, desde cedo que foi estabelecida a superação de uma imagem etnocêntrica do mundo, enquanto orientação para um objectivo no processo pessoal desenvolvimento. De acordo com um proposta de Hoopes, a aprendizagem intercultural consoma-se numa continuidade de aprendizagem, que se inicia com o etnocentrismo e que conduz à compreensão, aceitação e valorização para a recepção de elementos da cultura alienígena e que, por fim, conduz a uma personalidade bicultural ou multicultural⁷. Bennett alargou e diferenciou este modelo básico. De acordo com a sua proposta, entretanto alargada, a aprendizagem intercultural consoma-se como resultado de seis estádios de desenvolvimento, que vão de um ponto de partida etnocêntrico até um estádio final de reflexão cultural. Assim, enquanto que num estádio etnocêntrico deparamos com fenómenos de negação, defesa e redução, assistimos, já num etádio de relativização étnica, a outro tipo de relacionamento, nomeadamente a aceitação,

adaptação e integração⁸. Embora existam algumas dificuldades na clarificação do modelo apresentado por Bennett, este poderá evidentemente ser interpretado de forma empírica. Levantamentos, como os que foram feitos, por exemplo, na Alemanha nos anos oitenta por Sinus, Infas e Allenbasch, ou mais recentemente por Silbermann, podem levar-nos a questionar que tipos de atitude são verificáveis na observação de um encontro com culturas alienígenas (por exemplo, defesa, negação, aceitação) e como elas dividem socialmente. Para a construção do processo de aprendizagem intercultural pode ser uma informação prévia importante, quais os tipos de atitude que predominam entre os e as participantes; podem ser retiradas consequências para a avaliação das possibilidades de aprendizagem e para as abordagens metódicas. Isto não é, desta forma, possível com o modelo de desenvolvimento de Bennett, porque lhe falta a fundamentação empírica. Bennett descreve o seu conceito de estádios como "fenomenológico", o que coloca uma segunda possibilidade, a de compreender o modelo como modelo ideal de desenvolvimento da personalidade. O alvo idealizado é a visão de uma personalidade multicultural, que transcende todas as culturas de origem e que se estabelece, apenas e estritamente, como indivíduo na sua atitude para com o mundo. Deve-

se, neste ponto, perguntar, criticamente, com que legitimidade pode surgir este projecto normativo em relação ao sujeito do processo de aprendizagem e se nele se não se brinca e se introduzem imagens ocidentais unilaterais da personalidade humana.

Com o modelo de Bennett, demonstra-se em que dificuldades uma pessoa se vê, quando se opera com um desenvolvimento ideal de personalidade intercultural, ao formularem-se genericamente os objectivos da aprendizagem intercultural, que contêm a tarefa progressiva da auto-referencialidade cultural e a recepção de padrões culturais alienígenas. O conceito de aprendizagem intercultural recebe, desta forma, uma componente delirante e utópica: abstrai-se das condições reais, dos participantes concretos no processo de aprendizagem, das suas razões de fundo, experiências anteriores e das verdadeiras possibilidades de aprendizagem. Surge, contudo, como problemático, que, no plano do modelo de desenvolvimento intercultural, se assuma implicitamente a que nível se devia levar a adaptação cultural e a predisposição intercultural, para a aprendizagem dos aprendentes considerados individualmente, e sobre que estádios de desenvolvimento se os devia submeter em direcção a este objectivo.

Os preparativos para o fomento da aprendizagem intercultural devem ser, ao mesmo tempo modestos e resolutos: podem, de facto, contribuir para alargar o espaço de possibilidades do aprendente, mas devem, fundamentalmente, estar abertos à representação dos seus objectivos e aos pressupostos de aprendizagem. Esta posição de sujeito, respeitadora do objectivo de aprendizagem intercultural do aprendente, formula o conceito de competência intercultural. Sob a designação de competência intercultural compreende-se um conjunto de capacidades, que permitem a uma pessoa actuar, numa situação cultural de cruzamento, de forma independente, sensível em termos culturais e eficaz. Numerosos trabalhos de investigação procuraram definir, com maior exactidão, estas capacidades e os respectivos pressupostos. Os seguintes elementos foram nomeados numa sequência mutável: uma auto-percepção diferenciada, uma auto-avaliação realista, estabilidade emocional e tolerância à ambiguidade, confiança perante diversos



Os estádios do processo de aprendizagem intercultural de Bennett.

e diferentes padrões culturais de sentido e perspectivas, assim como um vasto repertório de atitudes. Visto à luz, de outra coisa não se trata do que uma alargada e bem diferenciada competência social em torno da componente cultural. Uma particular competência intercultural é exigível porque têm de ser compensadas as dificuldades específicas da comunicação e interacção multiculturais, através de processos de cooperação relativos às diferenças culturais. Por isso, se acentua especialmente o perfil de competências interculturais, relativamente aos saberes e capacidades, assim como se

acentua o chamado processo metacultural de competências.

Referências bibliográficas

¹Berger, B. & Berger, P. L., 1976: Wir und die Gesellschaft. Eine Einführung in die Soziologie - entwickelt an der Alltagserfahrung. Reinbeck, pág. 20.

²Stagl, J., 1992: "Eine Wiederlegung des kulturellen Relativismus", in Matthes, J. (coord.) "Zwischen den Kulturen. Sonderband 8 der Sozialen Welt". Göttingen, pág. 445.

³Strauss, L., 1985: The View from Afar. Oxford, pág. Xiii.

⁴Siebert, H., 1996: "Interkulturelle Erwachsenenbildung. Stand und Perspektiven",

in Zeitschrift für Entwicklungspädagogik, nº. 19, pág. 5-7.

⁵Sternecker, P. & Treuheit, 1994: 36.

⁶Geertz, C., 1987: Dichte Beschreibung. Beiträge zum Verstehen kultureller Systeme. Frankfurt, pág. 290.

⁷Hoopes, D. S., 1979: "Intercultural communication concepts and the psychology of intercultural experience", in "Pusch, M. D. (coord.) "Multicultural education: A crosscultural training approach. La Grange Park III, pág. 18.

⁸Bennett, M. J. 1986: A developmental approach to training for intercultural sensitivity, in International Journal of Intercultural Redations 10, 2, pág. 179-195.

Arqueólogos angolanos e portugueses colaboram no estudo da arte rupestre e arqueologia do Ebo (Kwanza sul)

por: Luiz Oosterbeek & C. Martins Dept. Artes Cénicas | Instituto Politécnico de Tomar | loost@ipt.pt

Está em curso mais uma campanha de trabalhos de levantamento das pinturas rupestre do complexo patrimonial do Ebo, na província de Kwanza Sul, em Angola. O projecto é uma parceria entre a República de Angola (através do Instituto Nacional do Património Cultural e do Museu Nacional de Arqueologia – tendo a campanha integrado uma equipa do MNA e do MC orientada pelo Dr. Paulo Valongo, e que integrou os investigadores Prazeres Saralo, Ana Paula Gomes, João Catchicondelo) e o Instituto Politécnico de Tomar (Profs. Luiz Oosterbeek e Pierluigi Rosina), que coordena uma equipa de campo apoiada pela FCT (PTDC/HIS-ARQ/103187/2008 - PROJECTO EBO – Arte Rupestre, Arqueologia, Património e Desenvolvimento) e que também integra investigadores do Instituto de Investigação Científica Tropical (Profª Ana Roque), da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Drª Cristina Martins), do Instituto Terra e Memória de Mação (Prof. Hipólito Collado) e da Universidade de Paris I Panthéon-Sorbonne (Prof. Manuel Gutierrez). É especialmente importante destacar o grande empenho de todas as autoridades angolanas: Ministra da Cultura, Governo da Província do Kwanza Sul, administração municipal do Ebo, autoridades policiais e autoridades tradicionais (Sobas).

A investigação teve início em 2011, e tem como principais objectivos a caracterização do complexo rupestre no quadro global da caracterização da região do Ebo como paisagem cultural (onde a arte rupestre se associa a diversas manifestações de arquitectura funerária, povoados e marcadas tradições culturais). Os trabalhos de campo, em Julho, serão complementados com trabalhos laboratoriais no Museu de Arte Pré-Histórica de Mação e no Museu Nacional de Arqueologia de Benguela, envolvendo docentes e estudantes dos programas de Mestrado e Doutoramento do IPT e da UTAD.

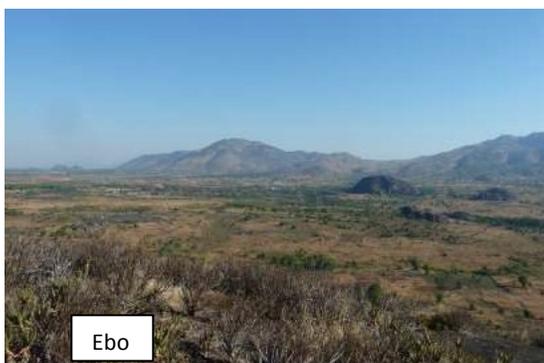
A região do Ebo conheceu uma colonização tardia. O primeiro comércio documentado data de 1915 (talvez associado a um esforço da jovem república portuguesa em colonizar efetiva-



Reunião inicial no INPC - Luanda



Reunião no Governo Provincial - Sumbe



Ebo

mente o interior das colónias, após a humilhação do ultimato inglês de 1891 que precipitara a queda da monarquia – a república vai viver com essa preocupação de demarcação face à monarquia, que também a conduzirá a participar na I Grande Guerra), e o início da agricultura com recurso a adubos tem início apenas na década de 1930 (convergindo com a intensificação económica observada com a depressão iniciada em 1929).

Numa rede de povoamento actual com cerca de uma centena de povoados, o Ebo é um planalto elevado, enquadrado por duas cadeias graníticas orientadas N/S e preenchido por diversos inselbergs. Nas formações rochosas abrem-se diversos abrigos com pinturas, tendo sido reconhecidos pelo menos quatro níveis de sobreposições e três estilos artísticos.

O maior abrigo pintado, Ndalambiri, encontra-se actualmente a ser estudado. Contrariamente aos outros abrigos, que se abrem no eixo Norte/Sul, virados para a peneplanície central (como os abrigos da Cumbira virado a Este e Caiombo virado a W), este abrigo abre-se para N/NW e para a peneplanície Norte, onde são mais escassos os inselbergs.

Do abrigo aberto para Norte visualiza-se uma extensa planície delimitada por cadeias montanhosas, com escassos inselbergs e seria, por isso, um importante ponto de observação, sendo que do topo do maciço se controla visualmente todo o planalto do Ebo. O abrigo poderia mesmo albergar uma pequena aldeia ou, o que é mais provável, ateliês e cerimónias.

O maciço está rodeado por pequenos inselbergs (excepto para Norte) onde ocorrem dezenas de sepulturas sub-circulares, possivelmente de sobas. Algumas destas sepulturas incluem decorações em zigue-zague que também se encontram nas pinturas (nas quais os círculos também podem sugerir sepulturas) e são reconhecidas nas estruturas fortificadas da África Austral das primeiras sociedades de metalurgistas (como o Grande Zimbabwe).



Sepultras

O abrigo apresenta uma extensa parede com uma sequência aparentemente caótica de pinturas, por vezes sobrepostas, onde ocorrem diversos antropomorfos (orantes, com espingarda, fumadores de cachimbo, dançantes,... – uns a simples traço outros de corpo preenchido), tipóias, círculos concêntricos, zoomorfos (elefantes, cabras, leopardos, sáurios, ugungus ou cegonhas), espaços delimitados sub-rectangulares divididos (armadilhas, ou casas, ou...).

Por vezes a parede foi preparada com uma base em barbotina sépia. Sobre esta foram então feitas pinturas, ou, também, removida a barbotina foram definidas figuras negativas a negro (cor da parede).



Inselberg N Dalambiri



Fotografia



Topografia

O painel pode ser interpretado como um só, constituído por uma narrativa atemporal (crónica) de significado perdido. Mas podem igualmente definir-se elementos estruturais importantes, sendo possível definir três grandes conjuntos de pinturas: uma ampla sequência de W para E (sequência A) sobre a parede côncava, constituído por "composições simples); uma segunda (sequência B) que corresponde a uma grande convexidade da parede, e que contém um aparente caos de sobreposições; e uma terceira, no extremo Este (sequência C), que inclui algumas composições complexas e muito organizadas.

A sequência A, a leste, corresponde à maior parte do abrigo. Teria sido nesta área que actividades metalúrgicas ou de habitat temporário terão tido lugar (hipótese que só uma escavação em área pode substanciar).

A sequência B tem a peculiaridade de ser fortemente iluminada pelo Sol do meio-dia (em Julho, na época do solstício de Verão). A complexa sobreposição, sem denunciar forçosamente estilos,

técnicas ou motivos distintos, sugere que se trataria de pinturas executadas no decorrer de ritos (performances). Observam-se antropomorfos e uma figuração geométrica única, sub-quadrangular no seu contorno e pintada a negro.

A sequência C, alinhada com o Sol poente, permite identificar quatro painéis, com composições que enunciam prováveis mitos e parece corresponder à área mais relevante no plano simbólico. Destaca-se um painel duplo, cuja parte oriental inclui um leopardo que recobre um trio de antropomorfos, sendo que à esquerda se situa um masculino em pé, frente a uma grávida sentada, atrás da qual se situa outro antropomorfo em vista frontal. Este trio encima um espaço quadrangular com quatro quadrantes com diversos preenchimentos: zoomorfos (macacos e cabras ou cães), espaço vazio (mas dividido em dois), figuras enigmáticas (morto? Maracas?) e vegetação. A organização estrutural é clara e dicotômica: o leopardo vs o resto, o "casal" vs o antropomorfo isolado, as diversas figuras circunscritas. A composição ocidental é encimada por um elefante, sob o qual se encontra outro elefante e um antropomorfo. Sob estes foi pintado um rectângulo vertical dividido em quadrado e pequeno rectângulo. O quadrado foi dividido em X, com uma pacaça em cima, antropomorfos à esquerda, vegetação e um círculo concêntrico (sepultura) sobre o qual se observa um ziguezague. Abaixo foi definida uma divisão rectangular (morte?). Como nos casos anteriores são claras as dicotomias: animais e humanos vs vegetais (e defuntos).

A importância dos trabalhos em curso decorre não apenas da diversidade e qualidade das pinturas, ou da complexidade dos vestígios arquitectónicos (cujo estudo de pormenor se iniciará em 2014), mas também da sequência estratigráfica que foi possível reconhecer em escavação no abrigo de NDalambiri. Esta última permitiu não apenas relacionar contextos de artefactos com níveis de pinturas, mas também a identificação de um nível de ocupação de caçadores-recolectores, provavelmente anterior às pinturas mais antigas.

Em 2014 serão apresentados os resultados globais do primeiro triénio de pesquisa, que incluirão a dissertação de Doutoramento de Cristina Martins. Será igualmente realizado um seminário de discussão sobre os trabalhos de investigação que o IPT acompanha em Angola e na Namíbia.

Mais informações podem ser *obtidas* contactando o Laboratório de Arte Rupestre do Instituto Terra e Memória, em Mação (museu@cm-macao.pt).



Participaram neste Número:

Alfredo Pena-Vega; José Manuel Martins Caetano; Carolina Lopes Araújo; Raiza Gomes Fraga; Viviane de Melo Resende; Elimar Pinheiro do Nascimento; João Nildo Sousa Vianna; Maria Ilheu; Myriam Lopes; Lia Vasconcelos; Paulo Alves Pereira; Luiz Osterbeek; C. Martins; Manuela Morais.

Rede de Estudos Ambientais de Países de Língua Portuguesa | REALP

Manuela Morais & António Serafim

